

JAN ————— MAR | 2024

MPRJ

INFOCAO

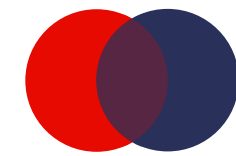
BOLETIM INFORMATIVO

CAO CRIMINAL E INVESTIGAÇÃO PENAL



**TODAS AS MATÉRIAS TÊM UM LINK,
CLIQUE PARA VISUALIZAR O DOCUMENTO
NA ÍNTEGRA**

SUMÁRIO



CRIMINAL E
INVESTIGAÇÃO PENAL

03

DESTAQUES

04

NOTÍCIAS

CRIMINAL E
INVESTIGAÇÃO PENAL

10

NOVIDADES
NORMATIVAS

11

JURISPRUDÊNCIA

DESTAQUES

STF: Relator discute ação sobre letalidade policial com representantes do Rio de Janeiro

STJ: Em repetitivo, Terceira Seção define que reiteração no descaminho impede princípio da insignificância

STJ: Quinta Turma admite fixação de indenização por dano moral coletivo no processo penal

CNMP: Atuação integrada do Ministério Público para a defesa e proteção de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência é tema de resolução

Lei nº 14.811/2024: medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Código Penal, a Lei dos Crimes Hediondos e o Estatuto da Criança e do Adolescente

NOTÍCIAS

STF

02/01 - Uso de câmeras por policiais em SP deve ser implementado, mas ação apresentada não é meio próprio, diz STF

08/01 - PGR questiona práticas de desqualificação de vítimas de violência sexual

18/01 - A pedido da PF e com parecer favorável da PGR, STF autoriza operação contra investigados por atos antidemocráticos

26/01 - Associação de Delegados questiona resolução sobre controle externo da atividade policial

31/01 - STF nega liberdade a policiais civis acusados de facilitar fuga de preso em MG

02/02 - STF pede informações ao Congresso Nacional sobre regulamentação do uso de ferramentas de monitoramento

02/02 - Ação de advogados criminais requer que Judiciário seja obrigado a seguir parecer do MP que pede absolvição de réu

08/02 - STF torna públicas as decisões sobre operação que investiga tentativa de golpe de Estado

09/02 - STF suspende realização de novo júri de réus pela tragédia da Boate Kiss

26/02 - Supremo fixa prazo de 60 dias para conciliação em acordos de leniência na Lava-Jato

06/03 - Novo pedido de vista suspende julgamento sobre porte de maconha para uso pessoal

07/03 - STF rejeita habeas corpus de preso em flagrante por tráfico de drogas após busca domiciliar

14/03 - STF decide que União deve pagar indenização por morte de vítima de bala perdida em operação militar no RJ

15/03 - STF prorroga por mais 180 dias inquérito das milícias digitais

NOTÍCIAS

STF

21/03 - Relator discute ação sobre letalidade policial com representantes do Rio de Janeiro

21/03 - STF mantém decisão que determina imediato cumprimento da pena por Robinho

25/03 - Supremo permite fim de processo de condenado que cumpriu pena de prisão e não tem condições de pagar multa

25/03 - STF mantém prisão de investigados por morte de Marielle Franco e Anderson Gomes

26/03 - STF afasta condenação por porte ilegal de arma que não disparava

NOTÍCIAS

STJ

11/01 - Acordo de não persecução penal não gera reconhecimento de bom comportamento para reabilitação criminal

12/01 - Decisão do STJ em recurso contra acórdão que confirma pronúncia não é causa interruptiva de prescrição

17/01 - Reincidência específica como único fundamento só pode aumentar pena em mais de um sexto em casos excepcionais

22/01 - STJ concede liminares para autorizar o cultivo doméstico de Cannabis com fins medicinais sem risco de sanção criminal

25/01 - STJ nega salvo-conduto para guardas municipais portarem armas de fogo fora do serviço

26/01 - Crime de tortura previsto na Lei 9.455 pode ter agravante do Código Penal para delito contra descendente

14/02 - Prisão preventiva não pode ser decretada apenas com base na falta de localização do réu

18/02 - Um fato, diversas consequências: a independência e as implicações entre as esferas civil, penal e administrativa

20/02 - Quinta Turma nega pedido de Rogério 157 para sair de presídio federal e retornar ao Rio de Janeiro

06/03 - Quinta Turma admite fixação de indenização por dano moral coletivo no processo penal

15/03 - Em caso de dúvida, prova do consentimento do morador para entrar na residência é responsabilidade do Estado

17/03 - Cidadania na esfera penal: os direitos individuais e coletivos diante do sistema de segurança pública

20/03 - STJ valida sentença da Itália que condenou Robinho por estupro e determina imediato início da execução da pena no Brasil

NOTÍCIAS

MPRJ

06/01 - GAECO/MPRJ denuncia grupo criminoso que realizava compras digitando apenas os números de cartões de crédito em máquinas

11/01 - MPRJ denuncia homem que ameaçou paralisar as obras do Parque Piedade

24/01 - MPRJ e Corregedoria-Geral da Polícia Militar debatem protocolo de acesso às imagens das câmeras instaladas nas fardas de policiais

09/02 - MPRJ obtém a prisão preventiva de policial que matou jovem durante protesto no Complexo da Maré

12/02 - MPRJ prende responsáveis por camarote na Sapucaí que preparava comida no banheiro

21/02 - GAECO/MPRJ denuncia organização criminosa especializada em roubos de cargas de cigarros na Zona Oeste do Rio

23/02 - MPRJ e MPF firmam acordo de cooperação durante o Seminário Pacto pelo Rio

27/02 - MPRJ denuncia policial militar por homicídio de jovem atingido por tiro de fuzil durante manifestação na Maré

28/02 - MPRJ denuncia policiais militares que retiraram a câmera do uniforme durante abordagem

28/02 - GAECO/MPRJ e Polícia Federal prendem homem que descartou carro usado nos homicídios de Marielle Franco e Anderson Gomes

21/03 - MPRJ denuncia homem que baleou e manteve passageiros reféns dentro de ônibus na Rodoviária Novo Rio

24/03 - GAECO/MPRJ, PF e PGR deflagram Operação Murder Inc., em investigação dos homicídios de Marielle Franco e Anderson Gomes

27/03 - MPRJ realiza a operação 'Com Licença' para apurar esquema criminoso de concessão de licenças ambientais irregulares pelo INEA de Nova Friburgo

NOTÍCIAS

CNMP

08/02 - CNMP participa da primeira reunião do GT instituído pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública para tratar da atualização de normas sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública

21/02 - Grupo de trabalho do CNMP que aborda o enfrentamento da tortura e maus-tratos no sistema prisional entrega relatório com proposta de recomendação

27/02 - Proposta recomenda aos MPs que adotem medidas para prevenir e enfrentar tortura e maus-tratos em estabelecimentos de privação de liberdade

29/02 - Procuradores-gerais do MP Brasileiro assumem compromisso de combate ao crime organizado

15/03 - Atuação integrada do Ministério Público para a defesa e proteção de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência é tema de resolução do CNMP

19/03 - CNMP aprova resolução que define a nova sistemática do arquivamento das investigações criminais e o ANPP

NOTÍCIAS

CONJUR

Juiz diz: se MP requer absolvição, não há mais pretensão; e absolve réu

Juiz não pode recusar homologação de ANPP sem flagrante ilegalidade

NOVIDADES NORMATIVAS

Lei nº 14.811, de 12.01.2024

Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Código Penal, a Lei dos Crimes Hediondos e o Estatuto da Criança e do Adolescente

JURISPRUDÊNCIAS

Informativos do STF

Compete à Justiça Federal processar e julgar o crime de violação de direito autoral de caráter transnacional.

RE 702.362/RS, relator Ministro Luiz Fux, julgamento virtual finalizado em 18.12.2023 (segunda-feira), às 23:59.

São nulas as provas obtidas a partir de dados preservados em contas da internet (com o congelamento e a consequente perda da disponibilidade), mediante requerimento do Ministério Público, sem a prévia autorização judicial de quebra de sigilo e fora das hipóteses legais.

HC 222.141 AgR/PR, relator Ministro Ricardo Lewandowski, redator do acórdão Ministro Gilmar Mendes, julgamento finalizado em 06.02.2024

Ainda que fundada em eventual clemência, a decisão do júri não pode implicar a concessão de perdão a crimes que nem mesmo o Congresso Nacional teria competência para perdoar.

RHC 229558 AgR, relator Ministro Nunes Marques, redator do acórdão Ministro Edson Fachin, julgamento virtual finalizado em 21.11.2023, DJe 19.02.2024

Não há ilegalidade na ação de policiais militares que – amparada em fundadas razões sobre a existência de flagrante do crime de tráfico de drogas na modalidade “ter em depósito” – ingressam, sem mandado judicial, no domicílio daquele que corre, em atitude suspeita, para o interior de sua residência ao notar a aproximação da viatura policial.

HC 169.788/SP, relator Ministro Edson Fachin, redator do acórdão Ministro Alexandre de Moraes, julgamento virtual finalizado em 01.03.2024 (sexta-feira), às 23:59

JURISPRUDÊNCIAS

Informativos do STJ

Em situações envolvendo dano moral presumido (in re ipsa), a definição de um valor mínimo para a reparação dos danos (i) não exige instrução probatória específica, (ii) requer um pedido expreso e (iii) a indicação do valor pretendido pela acusação na denúncia.

REsp 1.986.672-SC, Rel. Ministro Ribeiro Dantas, Terceira Seção, por maioria, julgado em 8/11/2023, DJe 21/11/2023.

A extinção da punibilidade do crime antecedente não implica na atipicidade do delito de organização criminosa, visto que este é considerado um delito autônomo, independente de persecução criminal ou condenação relacionada às infrações penais a ele vinculadas.

AgRg no HC 865.042-SP, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, por unanimidade, julgado em 21/11/2023, DJe 27/11/2023.

Na colisão de interesses, é válida a captação ambiental clandestina sempre que o direito a ser protegido tiver valor superior à privacidade e a imagem do autor do crime, utilizando-se da legítima defesa probatória, a fim de se garantir a licitude da prova.

Processo em segredo de justiça, Rel. Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, por unanimidade, julgado em 21/11/2023, DJe 28/11/2023.

A submissão do condenado semi-imputável a tratamento antidrogadição pelo magistrado sentenciante, como condição especial para o regime aberto, não ofende o sistema vicariante, pois não se confunde com medida assecuratória de tratamento ambulatorial preconizado no art. 98 do Código Penal.

AgRg no REsp 2.026.477-SP, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, por unanimidade, julgado em 27/11/2023, DJe 29/11/2023.

JURISPRUDÊNCIAS

Informativos do STJ

É possível a cumulação das causas de aumento de pena da continuidade delitiva e do concurso formal, quando em delitos fiscais, o sujeito ativo, mediante uma única ação ou omissão, sonega o pagamento de diversos tributos, reiterando a conduta por determinado período, além de concorrer para a prática do delito previsto no art. 337-A, do CP.

AgRg no REsp 2.018.231-MG, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, por unanimidade, julgado em 30/10/2023, DJe 8/11/2023.

A Receita Federal não pode, a pretexto de examinar incidentes tributários e aduaneiros, investigar delitos sem repercussão direta na relação jurídica tributária - que se afastem de sua atribuição de órgão fiscal -, sendo nulos os elementos de prova por ela produzidos.

Processo em segredo de justiça, Rel. Ministro Messod Azulay Neto, Quinta Turma, por unanimidade, julgado em 12/12/2023, DJe 15/12/2023.

O pedido de reconsideração, por não ter natureza recursal, não interrompe nem suspende o prazo para interposição do recurso cabível.

AgRg no HC 843.142-SP, Rel. Ministro João Batista Moreira (Desembargador convocado do TRF1), Quinta Turma, por unanimidade, julgado em 19/10/2023, DJe 26/10/2023.

Não cabe a decretação de prisão preventiva amparada apenas na ausência de localização do réu, sem a demonstração de outros elementos que justifiquem a necessidade da segregação cautelar.

AgRg no RHC 170.036-MG, Rel. Ministro João Batista Moreira (Desembargador convocado do TRF da 1ª Região), Quinta Turma, por unanimidade, julgado em 21/11/2023, DJe 5/12/2023.

JURISPRUDÊNCIAS

Informativos do STJ

A quantidade e a natureza da droga apreendida podem servir de fundamento para a majoração da pena-base ou para a modulação da fração da causa de diminuição prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, desde que não tenham sido utilizadas na primeira fase da dosimetria, de forma que a condição de “mula”, per se, não tem o condão de impedir o reconhecimento do privilégio.

AgRg no HC 842.630-SC, Rel. Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, por unanimidade, julgado em 18/12/2023, DJe 21/12/2023.

Ainda que se trate de recurso exclusivo da defesa, o efeito devolutivo da apelação autoriza o Tribunal de origem conhecer e rever os fundamentos contidos na sentença condenatória, podendo valer-se de novos argumentos, desde que não agrave a situação do réu.

AgRg no HC 829.263-RS, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, por unanimidade, julgado em 28/8/2023, DJe 1/9/2023.

Admite-se o distinguishing quanto ao Tema 918/STJ, na hipótese em que a diferença de idade entre o acusado e a vítima não se mostrou tão distante quanto do acórdão sob a sistemática dos recursos repetitivos (no caso, o réu possuía 19 anos de idade, ao passo que a vítima contava com 12 anos de idade), aliado ao fato de a menor viver maritalmente com o acusado desde o nascimento da filha do casal, devidamente reconhecida, o que denota que não houve afetação relevante do bem jurídico a resultar na atuação punitiva estatal.

Processo em segredo de justiça, Rel. Ministro Jesuíno Rissato (Desembargador convocado do TJDFT), Sexta Turma, por maioria, julgado em 12/9/2023, DJe 21/9/2023.

Reconhecida a habitualidade delitiva, fica descaracterizado o crime continuado, impedindo a celebração de acordo de não persecução penal.

AgRg no HC 788.419-PB, Rel. Ministro Jesuíno Rissato (Desembargador convocado do TJDFT), Sexta Turma, por unanimidade, julgado em 11/9/2023, DJe 15/9/2023.

JURISPRUDÊNCIAS

Informativos do STJ

É atípica a tentativa de subtração, sem a prática de violência ou grave ameaça à pessoa, de 08 (oito) shampoos, em valor global aproximado inferior a R\$ 100,00 (cem reais), ainda que, eventualmente, haja reiteração de condutas dessa natureza.

AgRg no HC 834.558-GO, Rel. Ministro Messod Azulay Neto, Rel. para acórdão Ministra Daniela Teixeira, Quinta Turma, por maioria, julgado em 12/12/2023, DJe 20/12/2023.

Compete ao Juízo da Execução Penal a escolha da instituição beneficiária dos valores da prestação pecuniária ajustada no acordo de não persecução penal.

AREsp 2.419.790-MG, Rel. Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, por unanimidade, julgado em 6/2/2024, DJe 15/2/2024.

Embora não configure o crime de abuso de autoridade, mesmo que realizada a diligência depois das 5h e antes das 21h, continua sendo ilegal e sujeito à sanção de nulidade cumprir mandado de busca e apreensão domiciliar se for noite.

Processo em segredo de justiça, Rel. Ministra Laurita Vaz, Rel. para acórdão Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, por maioria, julgado em 5/12/2023, DJe 15/12/2023.

A prova da legalidade e da voluntariedade do consentimento para o ingresso na residência do suspeito incumbe, em caso de dúvida, ao Estado, e deve ser registrada em áudio-vídeo e preservada tal prova enquanto durar o processo.

AgRg no HC 821.494-MG, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, por unanimidade, julgado em 6/2/2024, DJe 8/2/2024.

JURISPRUDÊNCIAS

Informativos do STJ

A apreensão e perícia da substância entorpecente é imprescindível para a comprovação da materialidade do crime de tráfico de drogas.

REsp 2.107.251-MG, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, por unanimidade, julgado em 20/2/2024, DJe 26/2/2024.

A reiteração da conduta delitiva obsta a aplicação do princípio da insignificância ao crime de descaminho - independentemente do valor do tributo não recolhido -, ressalvada a possibilidade de, no caso concreto, se concluir que a medida é socialmente recomendável. A contumácia pode ser aferida a partir de procedimentos penais e fiscais pendentes de definitividade, sendo inaplicável o prazo previsto no art. 64, I, do CP, incumbindo ao julgador avaliar o lapso temporal transcorrido desde o último evento delituoso à luz dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

REsp 2.083.701-SP, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, por maioria, julgado em 28/2/2024 (Tema 1218).

O inadimplemento da pena de multa, mesmo após o cumprimento da pena de prisão ou da pena restritiva de direitos, não impede a extinção da punibilidade, desde que o condenado alegue hipossuficiência, salvo se o juiz competente, em decisão devidamente fundamentada, entender de forma diferente, indicando especificamente a capacidade de pagamento da penalidade pecuniária.

REsp 2.090.454-SP, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, Terceira Seção, por unanimidade, julgado em 28/02/2024, DJe 1/3/2024 (Revisão do Tema 931).

A constituição de família não exclui, per se, a punibilidade do crime de estupro de vulnerável.

Processo em segredo de justiça, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, por unanimidade, julgado em 20/2/2024, DJe 6/3/2024.

JURISPRUDÊNCIAS

Informativos do STJ

A quebra da cadeia de custódia, em razão da falta de numeração individualizada do material objeto da perícia definitiva, que resulte na impossibilidade de se distinguir, com segurança, se a reconhecida inconsistência de parte da perícia, relativa a natureza entorpecente do material apreendido, referia-se às substâncias apreendidas por ocasião da busca pessoal ou das provas declaradas ilícitas por desrespeito à inviolabilidade domiciliar, acarreta a absolvição do acusado por falta de materialidade delitiva.

REsp 2.024.992-SP, Rel. Ministro Teodoro Silva Santos, Sexta Turma, por unanimidade, julgado em 5/3/2024.

Compete à Justiça estadual processar e julgar crimes sem conexão probatória com os que estão em curso na Justiça Federal, mesmo que os delitos tenham sido descobertos dentro do mesmo contexto fático.

AgRg no CC 200.833-PR, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Terceira Seção, por unanimidade, julgado em 13/3/2024, DJe 15/3/2024.

É nula a decisão que, genericamente, indefere o pedido de apresentação do réu em plenário do júri com roupas civis.

HC 778.503-MG, Rel. Ministra Daniela Teixeira, Quinta Turma, por unanimidade, julgado em 12/3/2024, DJe 19/3/2024.

Não basta a simples menção a autoridades detentoras de foro por prerrogativa de função para deslocar a competência, prevalecendo a compreensão de validade dos atos praticados pela autoridade judicial aparentemente competente.

AgRg no HC 820.933-TO, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, por unanimidade, julgado em 26/2/2024, DJe 28/2/2024.

INFOCAO

BOLETIM INFORMATIVO

CAO CRIMINAL E INVESTIGAÇÃO PENAL

PROJETO GRÁFICO

Gerência de Portal e Programação Visual

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO

MPRJ